

# Boletim Internacional



Ano VI n° 17 11.05.2006

## Sindicatos protestam contra Gerdau nos EUA

Sérgio Bueno e Tatiana Bautzer

Depois de decretar um locaute de maio a dezembro de 2005 na siderúrgica de Beaumont, no Texas, por falta de um contrato coletivo com o sindicato dos trabalhadores local, a Gerdau corre o risco de enfrentar uma paralisação dos funcionários desta unidade e de St. Paul (Minnesota) e Wilton (Iowa), adquiridas da Cargill em novembro de 2004. "Há a possibilidade de greve, mas queremos dar mais uma chance para a negociação", disse, em Porto Alegre, o vice-presidente do sindicato dos metalúrgicos de Minnesota, Ben Hallas. No Canadá, o sindicato de Pittsburgh protestou ontem durante a assembléia de acionistas da Gerdau Ameristeel contra a redução de benefícios dos empregados.



Depois de publicar uma carta aberta no jornal gaúcho "Zero Hora" pedindo para que o presidente do grupo, Jorge Gerdau Johannpeter, vá aos EUA para negociar com os sindicatos, o diretor de negociação coletiva do United Steel Workers, Jim Stewart, usou a assembléia de acionistas, que ocorreu em Toronto, para protestar, dizendo que a Gerdau está ouvindo "mentiras" da direção americana, especialmente do principal executivo Philip Casey, e dos advogados do escritório americano contratado para negociar o contrato de trabalho.

Segundo Stewart, estavam presentes à assembléia não apenas Jorge Gerdau Johannpeter, mas também Frederico e André Johannpeter, mas não houve nenhuma reação dos executivos às afirmações do sindicalista.

Acompanhado de representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, Hallas participou nos últimos dias de manifestações em frente às siderúrgicas Riograndense e Aços Especiais Piratini e tentou uma audiência com Johannpeter. "Mas ele recusou", disse o americano.

Conforme Hallas, as negociações com o grupo brasileiro já chegam a mais de nove meses e a Gerdau está tentando fechar acordos diretamente com os funcionários de cada usina, com supressão de direitos e à revelia dos sindicatos. As propostas incluem o congelamento de salários por quatro anos e a redução de US\$ 16,40 para US\$ 14,40 no valor da hora trabalhada para os novos empregados. A Gerdau tem, no total, 3 mil trabalhadores em 12 usinas nos Estados Unidos, sendo 350 em St. Paul, disse o sindicalista.

No fim da tarde, o grupo Gerdau divulgou nota afirmando que a subsidiária Gerdau Ameristeel está negociando os contratos de trabalho com as unidades de Beaumont, Wilton e Saint Paul com base no princípio da "sustentabilidade do negócio, o qual considera a realidade local de cada unidade, as diferenças de mercado, a concorrência e a viabilidade econômica".

Stewart diz que a empresa não está negociando o contrato coletivo de trabalho porque os advogados e a direção da companhia nos EUA informaram à família brasileira que o United Steel Workers quer fazer um contrato nacional único, com a mesma duração e condições para todas as usinas. "Isso não é verdade, queremos dar flexibilidade à companhia. Mas o que eles estão propondo não podemos engolir, que é mexer com os aposentados e benefícios de saúde", diz. "Não aceitamos o ataque aos aposentados". Montadoras e siderúrgicas nos EUA têm grandes passivos trabalhistas e fundos de pensão generosos. (Valor, 11.05.2006)

## Protesto contra Gerdau no Canadá

### Trabalhadores da Gerdau realizam protesto no Canadá

Trabalhadores da Gerdau do Canadá, Estados Unidos, Chile e Brasil realizam hoje uma marcha em protesto contra a prática de negociação da empresa com os sindicatos americanos. A atividade acontece à partir das 10 horas (horário de Brasília), na porta da Gerdau Ameresteel, em Toronto, Canadá.

Durante o protesto, uma comissão de dirigentes sindicais participa de uma reunião com acionistas da empresa, para estabelecer uma nova relação com os sindicatos nos Estados Unidos. 'Não podemos aceitar que uma empresa do tamanho da Gerdau, e que recebe apoio de financiamento público, tenha ações desumanas e aja em contradição com as diretrizes para melhorar a sua gestão', avalia o secretário geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT), Fernando Lopes. De acordo com o dirigente, os trabalhadores da Gerdau, em todas as unidades do mundo, estão solidários com a luta dos companheiros na unidade americana.

O diretor nacional dos trabalhadores da Gerdau, Ken Neumann, diz que a ação serve para chamar a atenção para as sérias estratégias de negociação da empresa. 'O maior exemplo de desastre é a tentativa ilegal da companhia em impor a não negociação nas condições de trabalho com a categoria em Beaumont, Texas, Estados Unidos', afirma Neumann.

Atualmente, sete acordos coletivos estão abertos nas unidades da empresa. Outros cinco serão feitos em 2007. Para Neumann, as propostas da companhia estabelecem demandas de concessões nos Estados Unidos, que a Gerdau está tentando impor ilegalmente aos trabalhadores do Texas. 'Estas ações incluem, basicamente, cortes de salários e aposentadorias. Nosso sindicato pode ser o melhor amigo ou o pior inimigo da Gerdau. É uma questão de escolha da companhia'.

Os trabalhadores metalúrgicos representam 288 mil homens e mulheres no setor de economia do Canadá, com operações em Selkirk MB, Whitby e Courtice, em Ontário, Canadá. *(Assessoria de imprensa da CNM/CUT, 10.05.2006)*

## Sindicatos se reúnem contra demissões na VW

Apesar de ser muito difícil encontrar uma solução que concilie o interesse de todos, o IG Metall, principal sindicato de metalúrgicos da Alemanha, vai tentar de tudo para salvar os postos de trabalho no Brasil, afirmou o assessor da entidade para assuntos da Volkswagen, Jörg Köther. "Não sabemos quais e quantos serão os postos de trabalho cortados, a matriz ainda não anunciou nada oficialmente, só sabemos pela imprensa. Mas, de qualquer jeito, devemos fazer de tudo para tentar evitar a demissão destas pessoas, tanto no Brasil como aqui na Alemanha", declarou Köther.

Hoje, seis dirigentes sindicais da Volkswagen do Brasil participam na Alemanha da reunião do Comitê Mundial de Trabalhadores e pretendem analisar ações conjuntas para evitar demissões nas unidades do grupo em todo o mundo. Na Europa estão previstos 20 mil cortes. No Brasil, segundo os sindicatos, quase 6 mil.

No grupo de brasileiros está o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijóo, e o coordenador da comissão de fábrica de São Bernardo do Campo, Wagner Santana. "Há muitas medidas a serem tomadas, como definir um programa de reestruturação para aproveitar melhor o trabalhador. Esta é uma situação muito difícil.", disse Köther.

"Há uma disputa cada vez maior entre as empresas por maior competitividade. A posição dos trabalhadores está cada vez mais ameaçada, temos de lutar muito para negociar reajustes e lidar com decisões de investimentos em diferentes lugares", ressaltou. Köther disse que os trabalhadores alemães têm alguns pontos a seu favor, como acordos de estabilidade que se estendem até 2011.

No caso do Brasil, porém, o acordo vence em 20 de novembro. Segundo a empresa, não será renovado. A matriz da Volks em Wolfsburg não divulga dados sobre a reestruturação e os possíveis cortes na empresa. Na reunião do Conselho Administrativo, na quarta-feira passada - mesmo dia em que os cortes foram anunciados no Brasil -, o presidente mundial da Volks, Bernd Pischetsrieder mencionou que a empresa precisa se preparar para a forte competição do setor.

"Não se trata de um perigo para a existência do grupo hoje. Apesar disso, temos de lidar com os problemas contra o aumento dos ataques que a nossa concorrência possa executar", disse Pischetsrieder. Segundo ele, sem o saneamento da principal marca do conglomerado, a enfraquecida Volkswagen, o grupo, que conta ainda com Bentley, Lamborghini, Skoda e Audi, não pode obter sucesso.

"A estrutura de custos, que prejudica a capacidade de competição, não poderia ser mantida indefinidamente saudável por meio de subvenções". Ele disse que a produção nas fábricas do Oeste da Alemanha é mais cara do que a média geral da marca. O mesmo argumento é usado pela direção da montadora no Brasil, que alega que os custos da unidade no ABC paulista são superiores aos das outras fábricas do grupo e também da concorrência.

A direção mundial teria sugerido à subsidiária brasileira o fechamento de uma de suas cinco fábricas, mas, segundo o presidente da Volks do Brasil, Hans-Christian Maergner, o plano de reestruturação é justamente para tentar evitar essa medida. (*Tribuna da Imprensa*, 10.05.2006)

Leia mais sobre a luta na Volks : <http://www.sindlab.org/comissoes01.asp?empresa=VW>

## Agenda do trabalho decente

Luiz Marinho

A Organização Internacional do Trabalho realiza, pela primeira vez no Brasil, um encontro reunindo representantes de governos, empregadores e trabalhadores de 35 países das Américas e do Caribe. É a 16ª Reunião Regional Americana da OIT, que discute em Brasília, até hoje, as políticas de promoção do trabalho decente.

Prioridade dos governos do hemisfério, o tema foi debatido em 11 instâncias regionais. Após a quarta Cúpula das Américas, em 2005, os chefes de Estado assinaram uma declaração na qual ratificam o acordo de combater as desigualdades e consideram o trabalho instrumento de inclusão social.

O governo brasileiro assumiu com a OIT, em 2003, o compromisso de promover o trabalho decente e desenvolver, para tanto, uma agenda nacional, que será lançada na reunião do Conselho Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social do próximo dia 10. As prioridades da Agenda Nacional de

"Nos próximos dias, o presidente Lula anuncia medidas para fortalecer os atores tripartites e o diálogo social."

Trabalho Decente, as estratégias e os resultados esperados resultam de consultas a organizações de trabalhadores e empregadores, reafirmando a importância que este governo confere ao diálogo social.

Trabalho decente é aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, igualdade e segurança, capaz de garantir uma vida digna ao cidadão. Na agenda nacional, as prioridades são: gerar mais e melhores empregos; erradicar o trabalho escravo e o infantil; fortalecer os atores tripartites e o diálogo social.

Nos próximos dias, o presidente Lula anuncia medidas que já atendem a esta última prioridade: o projeto de lei de criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho, um espaço permanente de diálogo e negociação tripartite nas questões referentes às relações de trabalho, e o projeto de lei de reconhecimento das centrais sindicais como órgãos de representação geral dos trabalhadores, com o objetivo de reconhecer as centrais por meio de critérios de representatividade e regulamentar sua participação nos colegiados públicos.

O Brasil tem realizado uma série de ações para promover o trabalho decente. Os investimentos dos programas de geração de emprego e renda do Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cresceram de R\$ 6,9 bilhões, em 2002, para R\$ 21,2 bilhões, em 2005, incluindo programas de crédito para micro e pequenas empresas, cooperativas, agricultura familiar. Para 2006, o desembolso aprovado é de R\$ 19,4 bilhões, podendo chegar a R\$ 23 bilhões.

Outros investimentos para a geração de emprego apresentaram expansão. Os recursos do BNDES para as empresas cresceram de uma média anual de R\$ 19,7 bilhões (2% do PIB), no período de 1995-2002, para uma média anual de R\$ 40,1 bilhões (2,3% do PIB) no triênio 2003-2005.

O número de empregos formais também é destaque. De janeiro de 2003 a março de 2006 foram gerados 3,76 milhões de empregos com carteira assinada. Já o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (re)colocou 2,6 milhões de trabalhadores no mercado, de 2003 a 2005.

As políticas de emprego para a juventude já beneficiaram 1,38 milhão de jovens, se somadas as ações de programas de qualificação e do Sine às ações do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), que busca inserir no mercado jovens de 16 a 24 anos, socialmente vulneráveis e com renda per capita de até meio salário mínimo.

No combate ao trabalho escravo, avançamos bastante. Os grupos móveis de fiscalização libertaram, de 1995 a 2005, um total de 19 mil trabalhadores. Destes, 13.054 foram resgatados no período de janeiro de 2003 a abril de 2006. O ministério criou também o cadastro de empregadores responsáveis pela submissão de trabalhadores à escravidão. Os incluídos na chamada "lista suja" ficam impedidos de obter crédito em bancos oficiais e agências de desenvolvimento.

Quanto ao trabalho infantil, no ano passado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) beneficiou 1,1 milhão de crianças em 3.312 municípios, com a concessão de R\$ 532 milhões em bolsas para que deixassem o trabalho e retornassem à escola.

Mas a grande conquista do trabalhador em 2006 foi o reajuste do salário mínimo, resultado do diálogo social. Antecipado para abril, o mínimo teve um ganho real de 13%, o maior desde 1995. Esse reajuste irá injetar cerca de R\$ 15 bilhões na economia e provocar o incremento de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação tributária. Dados do Dieese apontam que o poder de compra do piso nacional, em termos de cesta básica, será o maior desde 1979.

É o Brasil trabalhando fortemente para garantir trabalho digno a todos os brasileiros, consciente de que esta é a condição fundamental para a superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, garantia da governabilidade democrática e do desenvolvimento sustentável.

Luiz Marinho, 46, bacharel em direito, é o ministro do Trabalho e Emprego. Foi presidente nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores). *(Folha de São Paulo, 05.05.2006)*

## A EBX é coisa nossa

O episódio Evo Morales está servindo para abrir os olhos do país para o que está ocorrendo no campo ambiental na fronteira Brasil-Bolívia. A EBX, de Eike Batista, foi acusada de desrespeitar a legislação ambiental da Bolívia. Articulou com o Estado de Santa Cruz, com o município de Puerto Quijarro e, quando lhe foi negada a licença ambiental pelo governo federal, houve uma quase rebelião na cidade, uma crise federativa grave. Por aqui, não foram poucos os porta-vozes de um certo nacionalismo apressado que pretenderam colocar a honra nacional em jogo nesse episódio.

Bom, agora Eike atravessou a fronteira. Sua EBX está em Corumbá pleiteando uma licença ambiental para se instalar no lado brasileiro. Ou seja, virou uma questão interna do Brasil. E o que está ocorrendo por lá exige no mínimo um holofote amplo da mídia.

Assim como na Bolívia, a empresa pretende utilizar carvão vegetal, madeira. O Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) fala em consumo de 225 mil toneladas/ano de carvão vegetal. Mas nem sequer menciona a origem do carvão, se de florestas trabalhadas, se de madeira nativa. Não apenas isso. Planeja-se um pólo siderúrgico na região com mais três empresas, a Vetorial Siderurgia (consumo previsto de 39.600 toneladas/ano de carvão vegetal), a Sideruna (261.800 toneladas/ano) e uma terceira em Aquidauana.

A Promotoria Pública Estadual convocou especialistas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e da Embrapa Pantanal para opinar sobre o EIA-RIMA da EBX. Na quinta-feira passada, deveria ocorrer uma audiência pública em Corumbá. O que se viu foi um amplo processo de intimidação dos pesquisadores, uma arruaça insuflada por políticos locais, semelhante à que ocorreu em Puerto Quijarro. Carros de som passaram a percorrer a cidade com slogans ameaçadores, desde "fora ambientalistas!" até um "vamos expulsá-los à bala!". E tinham o logotipo da prefeitura.

Em seu parecer, a professora Sonia Hess havia chamado a atenção das autoridades ambientais: "Se não houver exigências por parte dos órgãos ambientais, para que os empreendedores documentem claramente quais os fornecedores que serão contratados para o fornecimento do carvão vegetal e de onde os mesmos obterão a madeira necessária, a implantação dos empreendimentos siderúrgicos previstos deverá colocar em risco os remanescentes de vegetação nativa de MS, que, literalmente, vão virar carvão e cinzas".

A bióloga Débora Calheiros, que trabalha há 15 anos em pesquisas no Pantanal, denunciou em um artigo a campanha de intimidação contra os laudos. "Senti vergonha de, como cientista, estar passando por um processo de verdadeira inquisição em conjunto com outros colegas, por simplesmente estar cumprindo com o nosso papel na sociedade, que é informá-la sobre o que estudamos, sobre a área da qual somos especialistas: ambiente (...). Sinto vergonha ao saber que

um reitor de universidade impede a livre manifestação de seus professores, a livre manifestação do saber científico, que é a base filosófica e ética de uma universidade. A que ponto chegamos?!"

Seus amigos e colegas de profissão a aconselharam a não comparecer à audiência pública, ante a possibilidade de sofrer agressões físicas e morais. "Infelizmente, devo admitir, estou com medo. Não quero acabar como Chico Mendes ou irmã Dorothy, nem mesmo como Francelmo. O Brasil e o Pantanal já tiveram seus mártires da causa ambiental e social e eu não sou mártir, sou cientista."

Ambas se recusam a ser tratadas como "ambientalistas", no sentido militante do termo. São cientistas incumbidas de pareceres científicos. Denunciam não apenas as pressões do reitor da UFMS como a posição do senador Delcídio Amaral e do governador Zeca do PT.

Seja lá o que se pretenda, ambiente é questão nacional, seja na Bolívia ou no Brasil. Os exageros dos ambientalistas devem ser coibidos, mas há indícios mais que suficientes de que o projeto EBX é uma ameaça concreta ao Pantanal e ao ambiente. De questão diplomática entre Brasil-Bolívia, tornou-se uma questão exclusivamente brasileira. (Luis Nassif - [Luisnassif@uol.com.br](mailto:Luisnassif@uol.com.br)) (Folha de S.Paulo, 07.05.2006)

## Petrobras, soberania e geopolítica

Carlos Lessa

Parabéns ao presidente Lula por sua declaração. Confirmou a única dimensão de seu governo consistente com o programa original do PT: a política externa. Qualquer ensaio de truculência seria jogar uma pá de cal sobre o sonho da integração sul-americana. O Brasil seria, para os vizinhos, uma potência subimperialista.

A nota destoante é o anúncio que a Petrobras irá recorrer à Justiça Internacional, com sede em Nova York, contra o decreto presidencial boliviano. A medida será tomada porque a Petrobras é uma empresa "no mercado", com ações na Bolsa de Valores de Nova York e, como terá perdas, "deve satisfação aos seus acionistas". Ao se alinhar aos padrões de comportamento do mercado de valores internacional, a Petrobras cancela, em parte, o mérito geopolítico da declaração do governo brasileiro. A Petrobras está mais preocupada em atender aos especuladores da Bolsa de NY do que atuar como instituição do Estado nacional brasileiro. Esta é a visão neoliberal: por esta doutrina, a Petrobras é uma petroleira como as outras; deve competir em nível mundial. Seu desempenho é medido pelo valor bursátil de suas ADR e pelos dividendos que distribui.

Petróleo não é commodity. É o combustível dos motores a explosão. Tem milhares de subprodutos. Constitui o pilar das estruturas de produção e é basilar do padrão de vida das economias modernas. Por isto é recurso estratégico que orienta, por excelência, a geopolítica das potências. Estados Unidos, Japão, União Européia e China não têm petróleo suficiente para suas respectivas economias. O desequilíbrio americano é brutal; consome quase um terço do petróleo do mundo e é incapaz de produzir sequer a metade do que consome. O cenário futuro é pior, pois a curva de descobertas de petróleo tem caminhado, nos últimos 20 anos, cada vez mais abaixo da curva de consumo mundial. A geopolítica do império americano é referenciada ao petróleo. Por isso está, armado, no Iraque; por isso apóia a dinastia saudita; por isso rosna em relação ao Irã; por isso cobiça todos os "países do ão" (Cazaquistão, Azerbaijão etc).

Durante os anos 90, o neoliberalismo fez tudo para abalar a Petrobras como instrumento do Estado nacional. Sem coragem de privatizá-la com os "martelinhos", buscou corroê-la. Desmembrou-a e privatizou a petroquímica. Retirou-lhe, por Emenda Constitucional, o monopólio das reservas de petróleo e gás. Passou a licitar, para empresas estrangeiras, concessões nos campos potenciais brasileiros e lhes conferiu o direito de exportar petróleo. Simultaneamente, impulsionou a Petrobras a competir por reservas em outros países. Lançou, irresponsavelmente, o Brasil no caldeirão da economia mundial do petróleo.

**"É temerário para um país como o Brasil, que não é nem pretende ser potência e não quer ser imperialista, entrar na zona do furacão energético "**

Ao invés de desfrutarmos da vantagem estratégica da auto-suficiência, estaremos sujeitos às chuvas e trovoadas da geopolítica imperial. A decisão tucana levou a Petrobras para a Bolívia, país mais pobre da América do Sul, com a imensa maioria de sua população (70%) em condição miserável. A Bolívia é traumatizada, historicamente pelo saque de suas riquezas naturais. O Potosi boliviano, o maior depósito de prata do mundo, se esgotou em fins do século XVIII. Nada ficou na Bolívia. Posteriormente, com o uso da folha estanhada, o altiplano desenvolveu a extração do

estanho. Dois bolivianos - Patiño e Aramayo - e um argentino - Hotchild - dominaram as minas e, a partir da Bolívia, passaram a controlar o cartel mundial de estanho; praticamente nada ficou na Bolívia. O país tem a segunda maior reserva de gás natural de petróleo do continente, apenas inferior à Venezuela. Na era Tucumã, a Petrobras foi para a Bolívia. Nossa empresa financiou e construiu o trecho boliviano do gasoduto e pesquisou gás, e teve êxito nos campos de San Alberto e San Antonio. Após 2003, a Petrobras tem oferecido apoio para a montagem de usinas termelétricas e a construção de um pólo gás-químico na Bolívia. Contudo, o povo boliviano percebe a Petrobras como mais um "vampiro" a sugar suas riquezas.

A Federação Única de Petroleiros apoiou a decisão boliviana. Seu coordenador declarou: "Nós, brasileiros, também lutamos pela manutenção e proteção das nossas reservas". O Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo afirmou que "a posição dos trabalhadores brasileiros é de apoio integral à decisão do presidente boliviano". Ambas entidades, corretamente, colocam a questão em garantir o abastecimento e renegociar o preço do gás boliviano. Importamos da Bolívia 26 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Para aquele país é fundamental a compra brasileira. Podemos suprir com hidroeletricidade o consumo termelétrico de gás. O diretor da Petrobras, Guilherme Estrela, lembra que não tem sentido estimular o consumo veicular de gás natural, pois o Brasil tem sobra de gasolina, que é exportada. A Bolívia contribui apenas com 2% da rentabilidade da Petrobras, apesar de representar 15% do PIB daquele país paupérrimo. Em 1937, a Bolívia nacionalizou a Standard Oil, depois de participar da Guerra do Chaco (1932-1935), na qual morreram centenas de bolivianos e na qual o país perdeu 200 mil Km<sup>2</sup> do Chaco para o Paraguai; na ocasião descobriram um oleoduto clandestino. Em 1969, a Bolívia desapropriou a Gulf Oil. O Brasil pode renegociar US\$ 1,5 bilhão que lá investiu, em troca parcial por gás.

A Petrobras deveria recuar para o Brasil. As licitações deveriam ser interrompidas. Deveríamos, como a China, guardar o nosso petróleo para os tempos difíceis que se avizinham. A Petrobras, se lançando no mundo como uma petroleira voraz, e a permissão para que empresas estrangeiras extraíam e exportem petróleo, joga o Brasil no caldeirão geopolítico. A auto-suficiência de petróleo dá ao Brasil uma imensa vantagem estratégica. É temerário para um país que não é e nem pretende ser potência, e que não quer ser imperialista, entrar na zona do furacão energético. *(Valor, 10.05.2006)*

## Alvorço em torno do gás boliviano

Cresce o alvoroço na América do Sul em torno do gás boliviano

Apesar das aparências, a reunião de quinta-feira em Puerto Iguazu entre Lula, Kirchner, Morales e Chávez não resolveu nenhum contencioso; predomina o sentimento de uma desagregação da unidade entre os países da região

Paulo A. Paranaguá

Uma autêntica cúpula de crise reuniu os presidentes do Brasil, da Argentina, da Bolívia e da Venezuela, na quinta-feira (4/5), motivada pela nacionalização dos produtos petroleiros decretada pelo presidente boliviano, Evo Morales, em 1º de maio. Os quatro chefes de Estado ficaram reunidos a portas fechadas durante três horas, sem a presença de ministros nem de conselheiros, em meio a um ambiente tenso, em Puerto Iguazu, uma cidade argentina situada à proximidade da fronteira brasileira.

A cúpula foi organizada a pedido dos brasileiros, que não esconderam sua irritação com a mobilização das tropas militares que ocuparam as instalações gasógenas e petroleiras depois de o presidente Morales ter anunciado a nacionalização.

A empresa pública brasileira Petrobras é a primeira companhia estrangeira a ser atingida pela nacionalização, enquanto o Brasil e a Argentina são os principais importadores de gás boliviano.

Em Puerto Iguazu, os argentinos quiseram se posicionar como moderadores. Uma vez terminada a reunião, o presidente argentino Nestor Kirchner leu uma declaração de cerca de quinze linhas, que pretendia comemorar o consenso reencontrado. Os quatro presidentes chegaram a um acordo visando a garantir "o abastecimento em gás, destinado a favorecer um desenvolvimento equilibrado entre os países produtores e os países consumidores".

A discussão em torno dos preços do gás, que os bolivianos querem duplicar de modo a aproximar seus valores daqueles do mercado internacional, ocorrerá "dentro de um quadro racional e equilibrado que torne viáveis as transações".

Durante a coletiva de imprensa que se seguiu, os quatro presidentes rivalizaram em atos de cortesia e posaram de mãos dadas para os fotógrafos. Nestor Kirchner garantiu que ele acabava de participar de "uma das melhores reuniões desde [que ele é] presidente". Já, na opinião de Evo Morales, "esta reunião acomodou todas as suscetibilidades".

Por sua vez, o seu homólogo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, desmentiu haver qualquer aliança entre a Bolívia e a Venezuela sendo celebrada em detrimento dos interesses do Brasil e da Argentina. "A Petrobras é uma empresa independente, que investirá lá onde ela tiver oportunidades de rentabilidade", precisou.

Os dirigentes da companhia brasileira Petrobras haviam anunciado, na véspera, a suspensão dos seus investimentos na Bolívia. O presidente boliviano havia denunciado então uma "chantagem". De fato, todas as companhias petrolíferas estrangeiras presentes na Bolívia suspenderam seus investimentos desde a adoção da lei sobre os combustíveis, em maio de 2005, sete meses antes da eleição de Evo Morales.

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, por sua vez, desmentiu ter exercido qualquer influência sobre a decisão de Evo Morales, com o qual, contudo, ele se reunira na véspera de 1º de maio em Havana (Cuba), em presença de Fidel Castro. Antes de viajar para Puerto Iguazu, Hugo Chávez esteve em La Paz, acompanhado por sete ministros, os quais fizeram a viagem para dar conselhos para os seus homólogos bolivianos.

O presidente venezuelano também negou que a empresa Petroleos de Venezuela (PDVSA) estivesse tentando tomar o lugar da Petrobras, embora ele também confirmasse sua intenção de investir na Bolívia.

Reservadamente e com a condição de não terem seus nomes revelados, os dirigentes brasileiros denunciam aqui para frente o "jogo duplo" de Hugo Chávez, que lançou o projeto de um imenso gasoduto destinado a exportar o gás venezuelano para o Brasil e a Argentina, em concorrência aberta com o gás boliviano, enquanto, simultaneamente, ele se apresenta como o melhor amigo de Evo Morales.

Sem ir tão longe, Marco Aurelio Garcia, um conselheiro diplomático do presidente Lula, admite que em Puerto Iguazu as "explicações" foram tempestuosas e que Hugo Chávez mostrou ter "maneiras e preferências muito peculiares".

"O papel de Chávez é nefasto", aponta a brasileira Mônica Hirst, que é professora de relações internacionais na universidade Torcuato Di Tella, em Buenos Aires. "A disputa ideológica está fazendo da energia um fator de fragmentação e de divisão entre os países, em vez de constituir um eixo de integração regional", deplora.

Insatisfeito com o Mercosul (a união alfandegária sul-americana), o presidente socialista uruguaio, Tabaré Vazquez, admitiu a possibilidade, na quinta-feira em Washington, de negociar um tratado de livre comércio bilateral com os Estados Unidos.

Na mesma quinta-feira, a Argentina deu queixa oficialmente contra o Uruguai junto à Corte Internacional de Haia (Holanda), depois de três meses de conflito em torno da construção de duas usinas de celulose nas ribanceiras do Rio de la Plata. "A região está no meio de um processo de desagregação", conclui Mônica Hirst.

### Números

O Brasil e a Argentina necessitam do gás boliviano em proporções diferentes.

Tarifas: A companhia brasileira Petrobras importa 26 milhões de metros cúbicos de gás boliviano por dia, que lhe custam US\$ 3,38 para cada milhão de BTU (iniciais de British Thermal Unit, unidade internacional de referência), enquanto o gás vale três vezes mais na Califórnia. Os bolivianos pretendem aumentar este preço de venda para US\$ 5 o milhão de BTU.

Dependência: O gás representa uma parte reduzida do consumo energético do Brasil (de 3% a 8%, conforme as fontes). Mas o consumo é concentrado na região industrial de São Paulo e no sul do país.

A Argentina depende mais do gás (51% da energia que ela consome), mas não tanto quanto o Brasil das importações provenientes da Bolívia, uma vez que os argentinos são também produtores deste combustível. (Tradução para o UOL : Jean-Yves de Neufville ) ( *Le Monde* 06.05.2006)

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação  
Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes

<http://www.cnmcut.org.br>